

MANZ

Informações sobre o Serviço à Distância por Internet

Termos e Condições

I. Elementos do Fornecedor e características do serviço *online* MANZ

O serviço de venda ou contratualização à distância disponibilizado na plataforma electrónica com o endereço www.lojaonline.manz.pt é um serviço de acesso reservado ao Cliente Manz devidamente registado de acordo com as condições de acesso e procedimento instituído na respectiva área.

O serviço é prestado por “ANDRÉ LUIZ MANZ – PRODUÇÕES CULTURAIS E DESPORTIVAS, UNIPESSOAL, LDA.”, com sede na Rua Rui Teles Palhinha, n.º 3, 2.º esquerdo, CP. 2744-015 Porto Salvo, com o contacto telefónico 214269710, fax 214269719, email: manz@manz.pt.

O serviço destina-se à venda de bens e serviços à distância ao consumidor final com idade superior a dezoito anos, sendo o regime aplicável o Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de Fevereiro e demais legislação em vigor à data aplicável aos contratos celebrados à distância fora do estabelecimento comercial mediante o uso de técnicas de comunicação disponibilizadas como seja a internet ou outra modalidade, mediante a qual se formalize a encomenda, compra e pagamento de bens ou serviços escolhidos pelo utilizador.

Com a aceitação das presentes condições, o consumidor declara inequivocamente ter lido e aceite as mesmas as quais constituem o regime único aplicável à compra e venda dos produtos/serviços que vai realizar na plataforma online da MANZ, assumindo assim as obrigações decorrentes do serviço contratado e demais obrigações legalmente aplicáveis, consentindo de forma expressa que a gestão dos dados pessoais disponibilizados sejam tratados pela MANZ, a qual poderá fazer o registo e utilização necessária que julgue conveniente à boa execução do serviço e processamento do pedido do utilizador nos termos legais em vigor.

II. Elementos sobre o preço e compra

a) Do preço

Os preços, antes do registo do pedido e confirmação da disponibilidade pela MANZ, constituem mera referência, podendo ser sujeitos a alterações caso se verifique erro de programação, erro ortográfico ou tipográfico, bem como ocorram circunstâncias que afectem o fornecimento dos bens ou serviços, ficando excluída qualquer responsabilidade da MANZ.

Ao preço do produto ou serviço será acrescido encargos com a utilização de meios de pagamento existentes, despesas de entrega ou quaisquer outros que decorram especificamente da operação sendo o consumidor informado da sua existência aquando do pedido ou durante o processamento do seu pedido após a confirmação escrita pela MANZ da disponibilidade do produto ou serviço.

Com excepção das alterações ao preço ocorridas nas circunstâncias excepcionais supra referidas, a MANZ assegura que o preço unitário indicado na nota de encomenda, acrescido do imposto ou taxas legalmente aplicáveis ou contratualizadas, corresponderá ao valor a ser pago pelo consumidor.

Os preços disponibilizados são válidos no momento anunciado, podendo ser objecto de alteração no próprio dia, sem necessidade de aviso prévio.

b) Das despesas de entrega ou no acto de formalização do pedido

Os encargos com a entrega, nomeadamente transporte, ou com a formalização do pedido ficam a cargo do consumidor, ficando o seu montante dependente do tipo de serviço ou a natureza dos bens em causa, tendo por referência o tamanho, a quantidade, a distância da zona geográfica de destino e o horário de entrega, sendo o valor indicado no processamento da encomenda, antes do pagamento e de acordo com os elementos introduzidos pelo consumidor e a escolha do produto ou serviço.

No caso da encomenda expedida não ser entregue e ter que se reexpedida pela Manz, estará sujeita a nova taxa de envio.

A existir “serviço de entrega”, o mesmo apenas é válido para o território português.

c) Processamento da encomenda e compra

A proposta de venda torna-se *eficaz* após a verificação *cumulativa* dos seguintes factos:

1. Submissão do pedido o qual é composto pelos dados introduzidos pelo consumidor e escolha do serviço ou bem, bem como a aceitação dos termos e condições do contrato;

2. Confirmação da disponibilidade do produto ou serviço, preço e características pela MANZ;
3. Aceitação do pagamento do produto ou serviço e respectiva recepção.

Depois de recebida pelo destinatário ou de ser dele conhecida, a proposta de contrato é revogável quando se verificar que houve erro de programação ou erro tipográfico, sendo a vontade manifestada mediante correio electrónico ou outro meio equivalente que permita dar a conhecer a intenção.

O contrato considera-se concluído desde que se verifiquem todos os factos essenciais à perfeição da proposta e aceitação da venda, ficando a produção dos seus efeitos subordinado à sua verificação.

III. Modalidades de pagamento, entrega ou execução

a) Pagamentos

Os pagamentos poderão ser realizados de acordo com as seguintes modalidades:

- a. Referência Multibanco

A modalidade de pagamento aceite é a supra tipificada não sendo admissível outro tipo.

b) Entregas

As entregas são realizadas na morada indicada pelo cliente no acto da encomenda, ficando o pedido sujeito às seguintes limitações:

- Local de entrega ser no território português;
- Local de entrega fazer parte da zona de distribuição da MANZ;
- Indicação prévia do endereço correto e completo no ato de encomenda e não sofrer alterações.

Os elementos introduzidos pelo Cliente são da sua responsabilidade, encontrando-se excluída toda e qualquer responsabilidade da MANZ.

As entregas estão sujeitas ao pagamento de despesas de transporte de acordo com tabela de preços em vigor disponibilizada pela MANZ na respectiva plataforma.

A MANZ não se responsabiliza por qualquer circunstância que decorra do transporte do produto.

c) Execução

O prazo estimado de entrega é de 48 horas ou 72 horas após a confirmação da aceitação do pedido pela MANZ, ficando a entrega dependente da disponibilidade do produto em stock, entrega pelo fornecedor ou verificação de circunstâncias normais à regular entrega do produto.

A encomenda deve ser satisfeita o mais tardar no prazo de trinta dias a contar do dia seguinte àquele em que o cliente o transmite sendo que, por facto que não seja imputável à MANZ, designadamente por ruptura de stock, insolvência do fornecedor ou outra circunstância, poderá ser satisfeita por prazo de noventa dias, sendo o Cliente informado em prazo razoável.

A MANZ não se responsabiliza por atraso superior por facto que não lhe seja imputável.

d) Direito de Resolução

Ao abrigo do disposto no art.º 10 do Decreto-Lei n.º 24/2014 de 14/02, o cliente tem direito a resolver o contrato, sem necessidade de indicar o motivo, no prazo de **14 dias**, ficando a seu cargo os custos de devolução, excepto nos casos previstos no art.º 17 do Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14.02.

Para exercer o direito de livre resolução, o cliente deverá enviar o modelo de "[Livre Resolução](#)" disponibilizado na plataforma da MANZ ou a através de qualquer outra declaração inequívoca de resolução do contrato antes do termo do prazo supra indicado.

A declaração de livre resolução deve ser efectuada por carta registada com aviso de recepção, ficando o cliente obrigado a devolver ou entregar o bem nas devidas condições de utilização, no prazo máximo de 14 dias a contar da sua comunicação.

O Cliente é responsável pela depreciação caso o bem não seja devolvido ou entregue à MANZ nas devidas condições.

Ao submeter o seu pedido e pagar o serviço, considera-se que o cliente solicitou expressamente o início do serviço durante o prazo de livre resolução, ficando responsável pelo pagamento à MANZ do valor da inscrição e de montante proporcional ao que foi efectivamente prestado.

IV. Duração e Validade

A produção dos efeitos do negócio fica subordinada à recepção pelo cliente de confirmação escrita por parte da MANZ da disponibilidade do produto ou do serviço, bem como da comunicação da conclusão do processamento do seu pedido com sucesso, momento a partir do qual se considera como eficaz e o contrato concluído.

A proposta de venda dirigida ao público através do suporte electrónico da MANZ é revogável mesmo depois de ser recebida ou ser conhecida pelo cliente, ficando a mesma sem efeito mediante simples comunicação ao cliente ou forma equivalente.

V. Prazo de Garantia

O prazo de garantia dos produtos é fixado de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 84/2008, de 21 de Maio para o *consumidor* definido nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 2 da Lei n.º 24/96, de 31 de Julho, tendo sempre em conta o definido pelo produtor, fabricante, distribuidor ou titular da marca.

O prazo de garantia dos produtos destinados a uso profissional é o definido no art.º 916 do Código Civil, em conjugação com o disposto no n.º 2 do art.º 921 do Código Civil.

VI. Tratamento de dados

Ao submeter o seu pedido, o cliente autoriza que a MANZ proceda à gestão dos seus dados para fins de gestão, processamento da venda e para efeitos estatísticos ou promocionais, consoante o caso, podendo cumprir integralmente a legislação em matéria de protecção de dados, a Lei 67/98, de 26 de Outubro e o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016 (ambos mencionados adiante como Legislação de Protecção de Dados Pessoais), bem como outra que seja aplicável nesta matéria, na execução de todas e quaisquer operações de tratamento de dados pessoais, tal como definidos nos diplomas em causa, que levem a cabo no âmbito da execução do contrato.

VII. Alterações

A MANZ reserva-se o direito de alterar os termos e condições do processamento do fornecimento de bens e serviços que disponibilize de acordo com a legislação em vigor, considerando-se eficaz e de aplicação imediata a todos os clientes e transacções após a sua disponibilização na plataforma.

VIII. Medidas de Protecção Técnica

A MANZ não se responsabiliza por qualquer ocorrência que afecte os conteúdos digitais da sua plataforma, designadamente inoperacionalidade, erros de programação ou outras circunstâncias que não decorram da sua intenção e que possam afectar a execução do serviço ou operação.

IX. Interpretação ou litígios

Em tudo o que for omissis, aplicar-se-á o estabelecido no Decreto-lei n.º 24/2014, de 14 de Fevereiro relativo ao regime jurídico aplicável aos contratos celebrados à distância ou fora do estabelecimento comercial e demais legislação em vigor.

A relação constituída rege-se pela lei portuguesa.

É atribuída competência exclusiva ao Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa para dirimir qualquer litígio.

X. Disposições Finais.

Mediante a submissão do pedido de encomenda, o cliente declara que leu e tomou conhecimento de forma clara e precisa da informação pré-contratual correspondente ao pedido e processamento, aceitando expressamente os termos expostos e condições a que está subordinada a venda.

Porto Salvo, Maio 2018

A Direcção
MANZ